



Demonstrações contábeis

30 de junho de 2024



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	6
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	14

Em atendimento à Resolução do Banco Central do Brasil Nº 2 artigo 14º, a iugu Instituição de Pagamento S.A. apresenta as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024. Todas as informações de resultado representadas abaixo encontram-se nas demonstrações contábeis, de forma consolidada, além de informações gerenciais internas adicionadas no Relatório da Administração para dar mais contexto a respeito do negócio.

Sobre a iugu

Quem somos

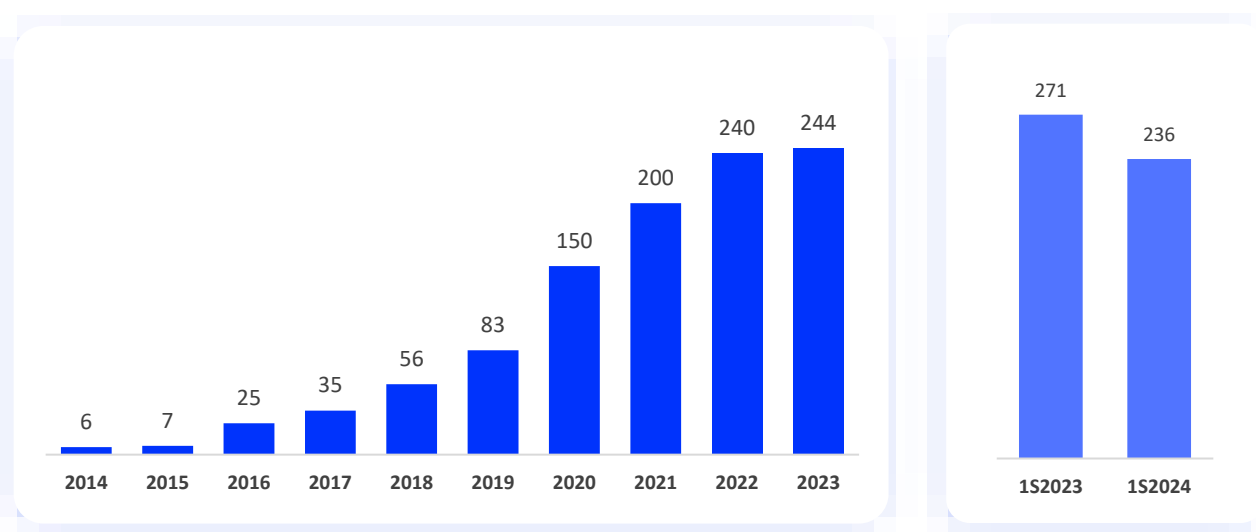
A iugu surgiu para automatizar processos financeiros, permitindo que nossos clientes foquem no que realmente importa: seus negócios. Em 2013, um ano após a fundação, a companhia lançou sua primeira solução para pagamentos on-line, dando início ao desenvolvimento de uma plataforma de tecnologia completa para gestão financeira. Dez anos depois, o ecossistema de produtos combina (i) um sistema transacional com boleto próprio, cartão e pix, (ii) uma gama de serviços voltados à simplificação de rotinas em departamentos financeiros e (iii) recursos de banking, como conta corrente e antecipação de recebíveis. A plataforma é flexível e de fácil implementação, conforme necessidade da operação dos nossos clientes. O resultado disso são centenas de empresas satisfeitas, tendo suas operações mais ágeis e seguras no dia a dia.

Time e Cultura

A iugu vem evoluindo como organização, mas mantém uma essência que segue desde a fundação, como característica elementar, que é a crença de que a conexão humana potencializa a tecnologia, o que é conhecido internamente como ser *Soul & Tech*. Para suportar e fortalecer essa crença, reforçamos constantemente os nossos novos valores de Buscar Resultados, Colaborar Sempre, Agir com Coragem e Ser Cativante, que guiam inúmeras iniciativas através da empresa, desde recrutamento e seleção, trilhas de desenvolvimento de liderança, revisão de processos estruturais como as avaliações de desempenho, mapeamento de talentos e meritocracia.

O compromisso com o crescimento sustentável do negócio reflete-se positivamente no desenvolvimento do quadro de funcionários ao longo dos anos. A companhia encerrou o primeiro semestre de 2024 com um total de 236 colaboradores, mostrando um crescimento significativo até 2022, e permanecendo estável ao longo dos anos. Os colaboradores estão organizados, em sua maioria, em modelo híbrido nos escritórios de São Paulo e Curitiba, mas há uma parte remota pelo Brasil.

Figura 1 – Evolução da quantidade de funcionários, medido ao final de cada período



ESG

Distribuição de Gênero

A empresa se orgulha em promover um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado. Em 2024, a distribuição de gênero na companhia apresentou uma equidade significativa, com 56% de homens e 44% de mulheres. Esses números refletem os esforços contínuos para garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo e valorizando as contribuições de todos os colaboradores, independentemente do gênero.

Facilities

A implementação de uma política socioambiental, centrada na gestão consciente dos recursos naturais e na adoção de práticas de descarte de resíduos, resultou em uma importante redução de 24% nos custos associados ao consumo de água e 30% nos custos de energia, em comparação ao mesmo período do ano anterior, além de uma destinação adequada para aproximadamente 1,3 toneladas de resíduos coletados semestralmente, sendo 72% devidamente reciclados ou reutilizados, demonstrando o compromisso com a sustentabilidade ambiental e a economia circular. Essas iniciativas contribuíram para que o condomínio da sede de São Paulo conquistasse os certificados LEED Gold e REC Standard em 2021. O Certificado REC Standard (Renewable Energy Certificate Standard) é um mecanismo de mercado que comprova a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Cada certificado representa a geração de 1 megawatt-hora (MWh) de eletricidade a partir de fontes como eólica, solar, hídrica, biomassa ou geotérmica.

Funding

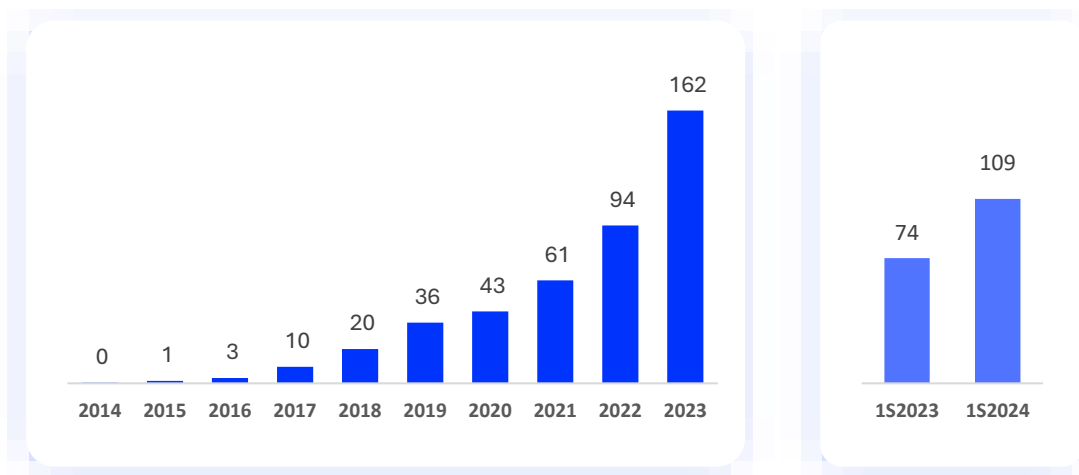
A iugu captou recursos no mercado no montante de mais de R\$ 290 milhões ao longo de sua história, sendo R\$ 10 milhões numa série A, R\$ 120 milhões em uma série B, esta última liderada pelo Goldman Sachs, e outros R\$ 160 milhões em um FIDC (cotas sênior e subordinada), dividido em duas séries, o qual tem como objetivo de suportar as operações de antecipação de recebíveis dos clientes.

Em agosto de 2024 foi finalizado o processo de aditamento da série I do FIDC, no montante de R\$ 95 milhões, cujo prazo de vencimento de 36 meses teria início a partir de 1º de agosto de 2024, e passa a ser em 1º de setembro de 2027.

Desempenho

A companhia encerra o primeiro semestre de 2024 com receita líquida de R\$ 109 milhões, 47% acima do mesmo período do não passado. O volume total processado (TPV) passou de R\$ 13 bilhões no primeiro semestre de 2023 para R\$ 40 bilhões no acumulado do ano, com a plataforma operando mais de 900 milhões de transações de pagamento no mesmo período. Além do incremento de receita, a iugu segue focada na expansão de margem, garantindo que, pela primeira vez, apresente um lucro líquido positivo no semestre de R\$ 5 milhões.

Figura 2 – Evolução da receita líquida em R\$ milhões



Conjuntura

Apesar da instabilidade política e econômica, inerentes à operação no Brasil, bem como do aumento da concorrência, com o constante surgimento de novas fintechs e instituições de pagamento, a iugu se dedicou, nos últimos dez anos, a entender profundamente as necessidades dos empreendedores brasileiros, materializando esse conhecimento em uma plataforma de tecnologia altamente escalável. A companhia acredita que seu conhecimento do mercado, aliado a um produto superior e um modelo de negócio *asset light* posiciona-a não apenas para enfrentar essas adversidades, mas também para destacar-se em meio a elas. Com o contexto econômico de estabilidade da taxa de juros e da inflação, como apontam para as previsões para 2024, se espera um fortalecimento da economia real e, conseqüentemente, um aumento da atividade das empresas, ou seja, dos clientes iugu. Assim, a companhia segue posicionada como um *player* pronto para se beneficiar desse novo ciclo econômico.

Dividendos e retenção de lucros

O estatuto social estabelece que o lucro líquido de cada balanço será destinado: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

Relacionamento com auditores independentes

Informamos que durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, os auditores independentes prestaram apenas serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Agradecimentos

A companhia permanece fiel ao propósito de levar eficiência para as operações financeiras das empresas, criando economias de escala através da otimização de suas atividades rotineiras.

A administração da iugu Instituição de Pagamento S/A agradece a confiança de seus clientes, colaboradores e acionistas.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da

iugu Instituição de Pagamento S/A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da iugu Instituição de Pagamento S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da iugu Instituição de Pagamento S.A em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

Balanço Patrimonial

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e Exercício de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

Circulante	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.439	1.457
Disponibilidades		1.439	1.457
Relações interfinanceiras	5	533.614	213.655
Instrumentos financeiros	6	24.669	174.834
Contas a receber	7	1.007.829	658.823
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(28.705)	(23.474)
Impostos a recuperar	8	6.557	6.445
Outros ativos	9	1.816	10.437
		1.547.219	1.042.177
Realizável a longo prazo e Permanente			
IRPJ/CSLL diferido	9	38.531	39.578
Imobilizado de uso	10	9.579	9.546
Depreciação	10	(5.397)	(4.576)
Intangível	11	34.107	33.238
Amortização	11	(15.704)	(12.273)
		61.116	65.513
Ativo		1.608.335	1.107.690

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos	12	429.476	290.132
Empréstimos	13	22.893	18.340
Tributos e contribuições sociais	14	7.249	6.640
Obrigações por transações de pagamentos	15	1.060.284	705.965
Outros passivos	16	19.849	21.148
		1.539.751	1.042.225
Exigível a longo prazo			
Empréstimos	13	10.108	12.505
Contingências	17	1.342	956
Passivo		1.551.201	1.055.686
Patrimônio líquido			
Capital social	19	129.763	129.763
Prejuízo acumulado		(72.629)	(77.759)
		57.134	52.004
Passivo e patrimônio líquido		1.608.335	1.107.690

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
Receita de intermediação financeira	20.1	109.330	74.164
Custo dos serviços prestados	20.2	(57.115)	(34.362)
Lucro bruto		52.215	39.802
Despesas de pessoal e encargos	20.2	(40.300)	(34.275)
Despesas gerais e administrativas	20.2	(21.954)	(22.323)
Provisões operacionais	20.2	(5.616)	(1.580)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20.2	(269)	3.476
Resultado operacional		(15.924)	(14.900)
Receitas financeiras		30.953	20.073
Despesas financeiras		(5.913)	(8.664)
Resultado financeiro, líquido	20.3	25.040	11.409
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		9.116	(3.491)
IRPJ/CSLL corrente		(3.701)	-
IRPJ/CSLL diferido	9.1	(285)	832
Lucro (Prejuízo) do semestre		5.130	(2.659)
Lucro (Prejuízo) por ação		3,38	(1,75)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro (Prejuízo) do semestre	5.130	(2.659)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u>5.130</u>	<u>(2.659)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 1� de janeiro de 2023	129.763	(73.208)	56.555
Prejuízo do semestre	-	(2.659)	(2.659)
Saldos em 30 de junho de 2023	129.763	(75.867)	53.896
Saldos em 1� de janeiro de 2024	129.763	(77.759)	52.004
Lucro do semestre	-	5.130	5.130
Saldos em 30 de junho de 2024	129.763	(72.629)	57.134
As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.			

Demonstração do fluxo de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro (Prejuízo) do semestre	5.130	(2.659)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.231	445
Provisão para contingências cíveis	386	132
Depreciações e amortizações	4.316	4.860
Provisão de juros de empréstimos	2.496	387
Ativo fiscal diferido	1.047	(831)
Prejuízo na baixa de ativos	413	-
Lucro ajustado	19.019	2.334
Atividades operacionais		
Aumentos / diminuições operacionais		
Relações interfinanceiras	(319.959)	(7.932)
Instrumentos financeiros	150.165	(29.019)
Contas a receber	(349.006)	(13.282)
Impostos a recuperar	(112)	(2.672)
Outros ativos	8.621	523
Depósitos	139.344	50.202
Tributos e contribuições sociais	609	421
Obrigações por transações de pagamento	354.319	12.961
Outros passivos	(1.299)	(2.867)
Caixa gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	1.701	10.669
Contingências pagas	-	(212)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	1.701	10.457
Atividades investimento		
Aquisições imobilizado	(500)	(121)
Aquisições intangível	(879)	(535)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(1.379)	(656)
Atividades financiamento		
Empréstimos	12.000	-
Juros pagos	(2.485)	(320)
Pagamento de principal	(9.855)	(2.222)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	(340)	(2.542)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(18)	7.259
Saldo no início do semestre	1.457	8.177
Saldo no final do semestre	1.439	15.436
Variação de caixa e equivalente de caixa	(18)	7.259

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024**(Valores expressos em milhares de reais)****1. Contexto operacional**

A iugu Instituição de Pagamento S/A (“iugu” ou “Companhia”), sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Torre A, TNU – 16º e 17º andares – Brooklin Paulista – São Paulo – SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2012, com o objetivo de ser uma facilitadora de pagamentos, fornecendo uma plataforma de automação financeira que oferece toda a tecnologia e o suporte necessários para estruturar uma operação financeira inteligente, automatizada e eficiente de ponta a ponta. Atualmente a iugu, por meio de sua plataforma, oferece a seus clientes uma série de meios de pagamento tais como: boleto bancário, cartão de crédito, Ted e PIX. Os serviços de valor agregado oferecidos pela iugu compreendem: cobranças recorrentes, split de pagamentos, conciliação e automação financeira, emissão e gestão de faturas, pagamento de contas, entre outros.

Em atendimento a Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri.

Em 26 de agosto de 2020, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil (“Bacen”) para funcionar como instituição de pagamento (“IP”), na modalidade de emissor de moeda eletrônica de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

Em 3 de novembro de 2023, a iugu concluiu a emissão da série II do FIDC – IUGU I UR – Fundo de investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis, com captação total de R\$ 71.250.000,00 (setenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais). O valor será utilizado para aumentar a capacidade da Companhia nas antecipações de recebíveis de cartão de crédito de seus clientes.

Em 5 de março de 2024, a iugu recebeu o ofício de número 4740/2024-BCB/DESUC do Banco Central do Brasil, informando sobre a insuficiência de patrimônio de referência das instituições de pagamento (PRIP) para a data base de janeiro de 2024, no montante de R\$ 15.886. Essa insuficiência foi motivada, principalmente, pela alteração na norma transitória que elevou o percentual de impacto do ativo intangível e do ativo fiscal diferido de 30% para 60%.

A Companhia prontamente procurou esclarecer o entendimento junto ao regulador. Adicionalmente, e de forma a atender dúvidas comuns aos participantes do mercado, o regulador emitiu a Instrução Normativa BCB nº 460 (IN 460). Como resultado, a insuficiência originalmente identificada em janeiro de 2024 foi reduzida de R\$ 15.886 para R\$ 6.298.

O desempenho da companhia ao longo do primeiro semestre, apresentando um crescimento de receita líquida da ordem de 31% comparado ao mesmo período de 2023, fez com que a insuficiência fosse reduzida para R\$ 1.683. É importante destacar que o encerramento do semestre só apresentou uma insuficiência de capital regulatório no mês de junho devido a diferenças temporais, em razão das liquidações realizadas em finais de semana para nossos clientes.

O lucro líquido realizado no mês de julho de 2024 já possibilitou a regularização da insuficiência nessa data base (julho de 2024), conforme apresentado na nota explicativa 21 (c) - Gestão de capital e 23 – Eventos subsequentes.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) as quais levam em consideração

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024**(Valores expressos em milhares de reais)**

as regras contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – (“CMN”) e do Bacen, denominadas em conjunto “COSIF”, quando aplicáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.910/2021;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009 e atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações provado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 31 - Resultado por ação aprovado pela Resolução CMN nº 3.959/2019 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.935/2021;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; e
- CPC 47 – Receita de Contato de Cliente aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Ainda em atendimento a esta resolução que exige evidenciação na apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, divulgamos que não houve impacto não recorrente observado no resultado da Companhia durante o 1º semestre de 2024.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem perdas esperadas associadas ao risco de crédito, riscos decorrentes de passivos contingentes, realização do imposto fiscal diferido e valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia revisa constantemente as estimativas e premissas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(I) Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(II) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(III) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

A Companhia não possui títulos classificados nas categorias descritas nos itens (II) e (III). Não houve reclassificações entre categorias no período.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

3.3 Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024**(Valores expressos em milhares de reais)**

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

A divulgação da tabela com a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos encontra-se na nota explicativa 22.

3.4 Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber das adquirentes resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão na plataforma da iugu, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia. Este grupo é composto também pelo contas a receber de clientes decorrente da cobrança das mensalidades e serviços pela utilização da plataforma.

Os montantes a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Como parte do curso normal das atividades, a iugu está exposta ao risco de perdas associadas a chargebacks sobre transações que foram anteriormente antecipadas por seus clientes, e que eventualmente não possuem saldo disponível em suas contas para reembolsar a Companhia. A iugu constituiu provisão para 100% dos chargebacks com tal característica.

Adicionalmente, a Companhia realizou estudo sobre o percentual de perdas esperadas baseando-se no histórico de perdas efetivas dos últimos 12 meses. O resultado deste estudo é aplicado sobre o montante total a receber das adquirentes e provisionado no resultado da Companhia.

3.5 Impostos a recuperar

São registrados mediante resgate das aplicações financeiras os quais serão compensados com saldos a pagar de tributos federais.

3.6 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024**(Valores expressos em milhares de reais)****3.7 Intangível**

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto principalmente por: (i) Direitos de carteira de clientes, (ii) Direitos de uso, (iii) Softwares adquiridos; e (iv) intangível desenvolvido internamente.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear de acordo com sua vida útil estimada. Os ativos de direito de uso são amortizados de acordo com o prazo estipulado em contrato.

3.8 Depósitos

O saldo de depósitos representa as contas de pagamento de clientes da iugu, meio pela qual a Companhia disponibiliza os recursos de direito de seus clientes. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos ou tarifas de transação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22.

3.9 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.10 Cessão de recebíveis

A Companhia efetua cessões de crédito com caixa próprio e por meio do IUGU I UR Fundo de Investimento de Direitos Creditórios-Unidade de recebíveis ("FIDC"), o qual possui participação de 5% em cotas subordinadas júnior, de acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações sem transferência substancial dos riscos e benefícios.

Com relação às cessões com caixa próprio, a Companhia realiza a antecipação da agenda junto aos bancos e às adquirentes.

Com relação às antecipações junto ao FIDC, o próprio fundo realiza a cessão junto aos clientes iugu e a Companhia atua como representante dos cedentes e agente de liquidação. A remuneração da iugu se dá pela valorização de suas cotas subordinadas júnior.

3.11 Obrigações por transações de pagamento

As obrigações por transações de pagamento referem-se principalmente a valores a repassar aos clientes mediante a vendas feitas a prazo. Os valores são transferidos para as contas iugu à medida que a agenda de vendas a prazo se cumpre.

3.12 Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024**(Valores expressos em milhares de reais)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

As provisões são registradas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração, sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do período, conforme descrito em nota explicativa nº 16.

3.13 Outros ativos e passivos circulantes

Outros ativos e passivos são registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e eventuais encargos incorridos até a data do balanço.

3.14 Apuração do resultado

As receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço.

3.15 Receita de intermediação financeira

A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado em função do faturamento, tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão.

3.16 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de operações financeiras, receitas de juros e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura e recolhe o seu Imposto de Renda no critério de lucro real anual à alíquota de 15%, acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. Para a Contribuição Social a alíquota é de 9%.

Com isso a despesa com imposto de renda e contribuição social compreenderá os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente será o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, às alíquotas acima informadas.

O regime de tributação adotado pela Companhia foi o de lucro real anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A Companhia realizou o estudo e avaliação quanto à realização dos créditos tributários, estimativas de lucros e compensação de prejuízo fiscal e base negativa, enquadrada no artigo 4º da Resolução BCB nº 15/2020.

3.18 Redução do valor recuperável

Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

3.19 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços.

3.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3.21 Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Mencionamos abaixo as normas, alterações e interpretações de normas que são aplicáveis à Companhia, com impactos futuros à data-base da demonstração financeira em questão. São elas:

- Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios aplicáveis às operações de arrendamento contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamentos. Essa resolução é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade. Será aplicada de forma prospectiva tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, sem expectativa de impactos relevantes na data da adoção; e
- Resolução BCB nº 92/2021, nº 255/2022, nº 320/2023 - Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BACEN (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades (a)	1.439	1.457
	1.439	1.457

(a) Refere-se a valores disponíveis para saque em contas bancárias.

5. Relações interfinanceiras

	30/06/2024	31/12/2023
Conta correspondente a moeda eletrônica (a)	478.345	175.000
Pagamento instantâneo – Cabine PIX (b)	55.269	38.655
	533.614	213.655

(a) Refere-se a valores disponíveis na Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME).

(b) Refere-se a valores disponíveis na conta de pagamento instantâneo junto ao Banco Central do Brasil.

6. Instrumentos financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Certificado de depósitos bancários	6.925	12.658
FIDC – Cota Subordinada	17.323	16.226
LFT - Aplicação em títulos públicos	421	145.950
	24.669	174.834
Carteira própria	30/06/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários	6.925	12.658
FIDC - Cota Subordinada	17.323	16.226
Vinculados a saldos em conta pré-paga		
LFT - Aplicação em títulos públicos	421	145.950
	24.669	174.834

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, assim como as faixas de vencimento são como segue:

	Valor contábil	Valor de mercado	30/06/2024			
			Faixas de vencimento			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro (*)	421	421	-	-	421	-
FIDC - Cota subordinada (**)	17.323	17.323	-	-	-	17.323
Certificados de depósitos bancários (*)	6.925	6.925	-	-	-	6.925
	24.669	24.669	-	-	421	24.248

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Valor contábil	Valor de mercado	31/12/2023			
			Faixas de vencimento			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro (*)	145.950	145.950	145.950	-	-	-
FIDC - Cota subordinada (**)	16.226	16.226	-	-	-	16.226
Certificados de depósitos bancários (*)	12.658	12.658	5.165	-	-	7.493
	174.834	174.834	151.115	-	-	23.719

(*) Conforme determina a circular 3.068/01, para fins de publicação, os instrumentos financeiros classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

(**) Refere-se à participação de 5% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis.

7. Contas a receber

A rubrica “Contas a receber”, registrada pelo valor de R\$ 972.486 (R\$ 635.349 em 31/12/2023), apresenta o total dos valores a receber de clientes e das adquirentes, descontadas das antecipações de recebíveis e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de chargeback.

	30/06/2024	31/12/2023
Recebíveis de adquirentes	937.537	633.701
Contas a receber de clientes	45.653	4.269
Valores a receber—Contas negativas	24.639	20.645
Contas a receber outros	-	208
(-) PECLD de clientes (a)	(28.705)	(23.474)
	979.124	635.349
Contas a receber	1.007.829	658.823
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(28.705)	(23.474)

(a) Companhia constitui mensalmente o provisionamento da totalidade das contas com saldos negativos decorrentes principalmente de chargebacks realizados onde os clientes não possuem saldo para débito da transação desfeita. Além disso, a Companhia constitui provisão com base na expectativa do período e leva em consideração as perdas dos últimos 12 meses, e também constitui a provisão sobre a inadimplência das mensalidades do contas a receber.

O aging do saldo de recebíveis de adquirentes é como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Até 30 dias	332.792	219.245
de 31 a 90 dias	243.039	162.492
de 91 a 120	89.130	64.012
de 121 a 180	127.158	84.095
de 181 a 360	145.418	103.468
	937.537	633.701

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

A rubrica “Impostos a recuperar”, registrada pelo valor de R\$ 6.557 (R\$ 6.445 em 31 de dezembro de 2023) é composta pelos valores de IRRF no resgate de aplicações financeiras e será compensado com tributos federais a recolher.

9. Outros ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamentos salariais	54	112
Adiantamento a fornecedores	357	156
Despesas antecipadas	1.215	1.393
Bloqueio judicial	189	116
IRPJ e CSLL diferidos (9.1)	38.531	39.578
Outros ativos	1	8.659
	40.347	50.014

9.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	39.578	37.923
Prejuízo Fiscal / Base negativa	(8.085)	(632)
Diferenças temporárias	7.800	2.287
Outras compensações	(762)	-
Saldo final	38.531	39.578

Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e possui registrado em 30 de junho de 2024, com base na exceção prevista no art. 4º da Resolução BCB nº 15, o ativo fiscal diferido R\$ 38.531, referentes as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos anteriormente, uma vez que a Administração considerou que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra os prejuízos.

Realização do crédito	Total	Valor Presente
2024	3.749	3.585
2025	13.561	12.963
2026	19.214	18.367
2027 a 2032	2.007	1.918
Total	38.531	36.833

Conforme Resolução BCB nº 02, os ativos fiscais diferidos são classificados como não circulante independente da expectativa de realização.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Imobilizado de uso

A composição analítica do imobilizado está apresentada abaixo:

	Taxa de depreciação anual %	30/06/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação							
Equipamentos de processamento de dados	20	3.865	(2.385)	1.480	3.838	(2.000)	1.838
Equipamentos de comunicação e segurança	20	520	(359)	161	520	(307)	213
Máquinas e equipamentos	10	318	(115)	203	319	(101)	218
Móveis e utensílios	10	727	(271)	456	720	(233)	487
Benfeitorias imóveis de terceiros	(a)	4.149	(2.267)	1.882	4.149	(1.935)	2.214
Total		9.579	(5.397)	4.182	9.546	(4.576)	4.970

(a) As benfeitorias estão relacionadas a reforma do novo escritório da Companhia. Sua depreciação se encerrará de acordo com o prazo de locação do escritório, previsto para abril de 2027.

A movimentação do imobilizado do semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2024	1.838	213	218	487	2.214	4.970
Custo						
Adições	174	-	5	321	-	500
Baixas	(147)	-	(7)	(314)	-	(468)
Depreciação						
Adições	(459)	(52)	(15)	(132)	(332)	(990)
Baixas	74	-	2	94	-	170
Em 30 de junho de 2024	1.480	161	203	456	1.882	4.182

	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2023	2.412	286	218	425	2.918	6.259
Custo						
Adições	226	33	27	-	-	286
Baixas	(105)	(4)	(2)	(7)	-	(118)
Depreciação						
Adições	(774)	(104)	(27)	64	(704)	(1.545)
Baixas	79	2	2	5	-	88
Em 31 de dezembro de 2023	1.838	213	218	487	2.214	4.970

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada abaixo:

	30/06/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos carteira de clientes (a)						
Carteira de clientes	12.986	(3.247)	9.739	12.986	(2.361)	10.625
Software	2.636	(966)	1.670	2.636	(703)	1.933
Contrato de não competição	2.364	(2.167)	197	2.364	(1.576)	788
Cessão de direitos de uso	74	(73)	1	74	(68)	6
Desenvolvimento plataforma (b)	9.978	(4.319)	5.659	9.978	(3.426)	6.552
Licenças, direitos autorais (c)	4.819	(4.588)	231	3.950	(3.863)	87
Implantação de software	1.250	(344)	906	1.250	(276)	974
Total	34.107	(15.704)	18.403	33.238	(12.273)	20.965

(a) Intangíveis gerados pela aquisição de todos os direitos, títulos, propriedade e posse de ativos da Juno em setembro de 2022. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudo elaborado por empresa independente especializada, e os critérios para determinação desses ativos estão descritos como se segue:

- **Carteira de clientes:** Foi avaliada pela metodologia Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM (Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos), com identificação dos ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica destes ativos. Os “churn rates”, para cada operação, foram estimados com base nos contratos de serviço vigentes na data-base, e vida útil estimada de 88 meses.
- **Software:** Foi avaliado pela metodologia de abordagem de custo, e vida útil estimada de 60 meses.
- **Contrato de não competição:** Foi avaliado pela metodologia With or Without, e vida útil estimada de 24 meses.

No dia 28 de dezembro de 2023, a Companhia finalizou o processo de avaliação da performance dos ativos intangíveis adquiridos, os quais foram avaliados no montante de R\$ 17.986, sendo R\$ 5 milhões pagos no dia 8 de setembro de 2022 e R\$ 12.986 no dia 28 de dezembro de 2023.

Com isso, a Companhia realizou os devidos ajustes contábeis, conforme demonstramos no quadro abaixo:

	Carteira de clientes	Software	Contrato de não competição
Saldo inicial	21.138	3.501	3.140
Amortização	(3.750)	(919)	(2.061)
Saldo em 27/12/2023	17.388	2.582	1.079
Ajuste do ativo intangível	(8.152)	(865)	(776)
Ajuste de amortização	1.389	216	485
Saldo final em 31/12/2023	10.625	1.933	788

(b) A Companhia capitalizou os gastos com o desenvolvimento de sua plataforma gerados internamente. Tais gastos estão diretamente ligados a aprimoramentos e criação de novas funcionalidades que por sua vez são controlados pela Companhia, identificáveis e possuem expectativa de geração de caixa a luz do CPC 04 (R1) – Ativo intangível. A vida útil do software desenvolvido internamente é definida em 5 anos e a amortização é reconhecida como “Despesas gerais e administrativas”.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Trata-se principalmente da licença de uso do ERP SAP, aquisição estratégica da Companhia com o objetivo de dar segurança e escalabilidade às transações da iugu.

A movimentação do intangível do semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

	Direitos carteira clientes	Cessão de direitos de uso	Desenvolvimento da plataforma	Licenças e direitos autorais e de uso	Implantação de software	Total
Em 01 de janeiro de 2024	13.346	6	6.552	87	974	20.965
Custo						
Adições	-	-	-	879	-	879
Baixas	-	-	-	(10)	-	(10)
Amortização						
Adições	(1.740)	(5)	(893)	(732)	(68)	(3.438)
Baixas	-	-	-	7	-	7
Em 30 de junho de 2024	11.606	1	5.659	231	906	18.403

	Direitos carteira clientes	Cessão de direitos de uso	Desenvolviment o da plataforma	Licenças e direitos autorais e de uso	Implantação de software	Total
Em 01 de janeiro de 2023	26.074	16	8.349	122	1.074	35.635
Custo						
Adições	-	-	-	922	45	967
Baixas	(9.795)	-	-	-	-	(9.795)
Amortização						
Adições	(5.025)	(10)	(1.797)	(957)	(145)	(7.934)
Baixas	2.092	-	-	-	-	2.092
Em 31 de dezembro de 2023	13.346	6	6.552	87	974	20.965

12. Depósitos

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo de clientes disponível (a)	429.476	290.132
	429.476	290.132

(a) Saldo cliente disponível, refere-se ao saldo disponível na conta do cliente para livre movimentação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Empréstimos

	Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
	19/03/2024	-	5.022
	19/08/2024	7.037	-
	28/10/2024	2.457	4.303
Empréstimos (a)	16/12/2024	5.024	-
	28/02/2026	-	14.464
	28/07/2026	11.667	-
	13/11/2026	6.816	7.056
		33.001	30.845
Circulante		22.893	18.340
Não Circulante		10.108	12.505
		33.001	30.845

(a) Trata-se de empréstimos com bancos de primeira linha, onde a taxa média de juros é de CDI + 4,42% ao ano.

13.1 Movimentação dos empréstimos

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	30.845	24.992
Captação	12.000	11.302
Juros	2.496	2.112
Juros pagos	(2.485)	(2.005)
Pagamento de principal	(9.855)	(5.556)
Saldo final	33.001	30.845

14. Tributos e contribuições sociais

	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ	908	358
CSLL	338	131
	1.246	489
PIS	299	337
COFINS	1.555	1.914
ISS	501	353
INSS	2.251	1.756
FGTS	584	529
IRRF	659	1.148
Outros	154	114
	6.003	6.151
	7.249	6.640

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Obrigações por transações de pagamento

Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Companhia.

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo de clientes a liberar	869.863	571.327
Saldo a liberar - FIDC	189.513	134.638
Outros passivos	908	-
	1.060.284	705.965

Todos os saldos de clientes a liberar serão disponibilizados de acordo com a agenda de recebimentos conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Até 30 dias	464.333	297.589
de 31 a 90 dias	211.849	167.232
de 91 a 120	95.775	57.201
de 121 a 180	156.559	84.217
de 181 a 360	130.672	99.726
Acima de 360 dias	96	-
	1.060.284	705.965

16. Outros passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de bônus a pagar	7.767	11.073
Provisão de férias	3.539	3.120
Fornecedores nacionais	7.249	6.450
Fornecedores internacionais	496	484
Outros	798	21
	19.849	21.148

17. Contingências

O saldo de contingências em 30 de junho de 2024 é de R\$ 1.340 (R\$ 956 em 31 de dezembro de 2023) representa causas cíveis e tributárias classificadas como risco provável de perda pelos assessores externos e pelo jurídico interno da Companhia. Não temos processos trabalhistas.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024**(Valores expressos em milhares de reais)****Movimentação das contingências**

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	956	741
Provisão	386	427
Pagamentos	-	(212)
Saldo final	1.342	956

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 12.335 (R\$ 10.952 em 31 de dezembro de 2023). Em sua maioria estas causas estão relacionadas com demandas feitas pelos titulares de cartões de crédito e versam sobre produtos não entregues ou serviços não prestados pelos estabelecimentos que, por sua vez, processam seus pagamentos com a iugu. Essas causas não foram objeto de provisão nas demonstrações contábeis.

18. Transações com partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. São consideradas partes relacionadas pessoas que têm influência significativa sobre a entidade que reporta a informação e o pessoal chave da administração.

A Companhia possui participação de 5% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis, o valor atualizado das cotas no semestre findo em 30 de junho de 2024, conforme descrito em nota explicativa nº 5. O saldo a pagar ao FIDC no semestre findo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 189.513 (R\$ 134.638 em 31 de dezembro de 2023) decorrentes das antecipações de recebíveis de cartões de crédito realizadas com os clientes.

A Companhia não possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Em atendimento a Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância da Companhia é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri.

Remuneração da Administração

A remuneração paga aos Administradores da Companhia até 30 de junho de 2024 foi de R\$ 7.574 (R\$ 6.487 no primeiro semestre 2023).

Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia ("phantom shares"), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 30 de junho de 2024 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente.

19. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito no semestre de 30 de junho de 2024 exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 129.763 dividido em 1.019.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 498.253 ações preferenciais.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2024	31/12/2023
Ações ordinárias	1.019.740	1.019.740
Ações preferenciais	498.253	498.253
	1.517.993	1.517.993

20. Resultado

20.1. Receita de intermediação financeira

	30/06/2024	30/06/2023
Receita bruta	122.976	83.145
(-) PIS sobre serviços	(1.988)	(1.298)
(-) COFINS sobre serviços	(9.156)	(5.979)
(-) ISS sobre serviços	(2.502)	(1.705)
	109.330	74.164

PIS – Programa de integração social	1,65%
COFINS – Contribuição para seguridade social	7,60%
ISS – Imposto sobre serviços	2,00% e 2,90%

20.2. Despesas por natureza

As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

Natureza	30/06/2024	30/06/2023
Tarifas de boletos e adquirentes	(50.801)	(30.818)
Salários	(28.481)	(24.543)
Outras provisões operacionais	(5.296)	(3.531)
Encargos	(6.857)	(5.601)
Assessoria, auditoria interna e consultoria	(9.471)	(8.563)
Auditoria externa (a)	(139)	(167)
Benefícios	(5.020)	(4.233)
Marketing e propaganda	(2.392)	(2.262)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(2.779)	(2.775)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.474)	2.757
Custo processamento de dados	(8.412)	(5.290)
Depreciação e amortização	(4.316)	(4.860)
Impostos sobre importação de serviços	(1.672)	(1.097)
Contingências	(385)	(133)
Tarifas de transferências	-	(435)
Telefonia e internet	(333)	(226)
Eventos e confraternizações	(132)	(199)
(-) PIS	1.018	366
(-) COFINS	4.688	2.546
	(125.254)	(89.064)

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Custo dos serviços prestados	(57.115)	(34.362)
Despesas de pessoal e encargos	(40.300)	(34.275)
Despesas gerais e administrativas	(21.954)	(22.323)
Provisões operacionais	(5.616)	(1.580)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(269)	3.476
	(125.254)	(89.064)

- (a) O saldo em questão refere-se às despesas referente aos serviços de auditoria externa até 30 de junho de 2024. O valor total dos honorários contratados para o exercício de 2024 é de R\$ 262.

20.3. Resultado financeiro

Natureza	30/06/2024	30/06/2023
Rendimento de aplicações financeiras	21.623	15.073
Ajuste a valor de mercado - FIDC	9.813	4.628
Cotas FIDC	684	659
Outras receitas financeiras	446	345
(-) PIS não cumulativo	(225)	(88)
(-) COFINS não cumulativo	(1.388)	(544)
Total de receitas financeiras	30.953	20.073
IOF	(82)	(118)
Juros passivos	(5.622)	(8.265)
Outras despesas financeiras	(209)	(281)
Total de despesas financeiras	(5.913)	(8.664)

21. Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BACEN nº 198/22.

A Companhia está comprometida com a criação e entrega de produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes. A gestão da empresa reconhece a importância de Conformidade em várias áreas, incluindo a qualidade dos produtos e serviços, seja na segurança no trabalho, proteção de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa.

A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos.

Organização de Risco

A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e

Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações.

A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade.

A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado.

Metodologia de Risco

A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização.

Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem:

- Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições à riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez;
- Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado;
- Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco;
- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes;
- Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização.
- Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos.

a) Risco de crédito

Os procedimentos de gerenciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações corretivas em tempo hábil.

A Companhia cumpre o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos:

- Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos;
- Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e potenciais, tão logo sejam detectadas;
- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito;
- Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa.

b) Risco de liquidez

É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito.

Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito.

A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado.

A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se:

- Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;
- Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;
- Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;
- Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais.

Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais.

c) Gestão de capital

A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRIP) de conglomerado do Tipo 2, nos termos da Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, e de instituição de pagamento não integrante de conglomerado prudencial, e também sobre a metodologia de apuração desses requerimentos e a respectiva estrutura de gerenciamento contínuo de riscos.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

O demonstrativo de apuração do índice de Basileia da Companhia está demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (a)	23.814	34.684
Ativos ponderados pelo risco (RWA) (b)	25.497	15.441
Risco de crédito - RWACPAD	8.566	7.694
Riscos associados a serviços sistêmico - RWASP	16.931	7.747
Suficiência/Insuficiência de capital	(1.683)	19.243
Índice de Basileia (a/b)	0,93	2,25

Conforme demonstrado no quadro acima, para 30 de junho de 2024, a Companhia estava desenquadrada no requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, que é de 10% (8% em 31 de dezembro de 2023) nos termos da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil. No entanto, passou a atender o requerimento a partir do mês de julho de 2024, tendo em vista a gestão e as ações da Companhia para atendimento das regras do BACEN, conforme detalhado na nota explicativa 23 – Eventos subsequentes.

d) Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado, incluindo:

- Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e suas políticas, procedimentos e controles;
- Segregação de funções associadas às áreas operacional e de controles;
- Garantir que os papéis e responsabilidades sejam claramente definidos e que os funcionários possuam conhecimento e objetivos de desempenho relevantes em matéria de gestão de Risco Operacional;
- Identificar, mensurar e controlar todos os Riscos Operacionais, existentes e potenciais, que fazem parte de cada produto e ou serviço, atividade, processo e sistema;
- Incluir sempre a análise de Risco Operacional no planejamento dos negócios, e nos processos de aprovação de investimentos, produtos e serviços;
- Adotar sistemas que garantam um monitoramento constante da exposição aos Riscos Operacionais bem como medidas apropriadas para mitigar estes riscos;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos Operacionais considerados significativos;

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Otimizar os sistemas e procedimentos de controle e monitoramento continuamente, realizando revisões e revalidações periódicas destes processos;
- Manter planejamento de contingência e de continuidade de negócios;
- Manter sistema de reporte de Risco Operacional apropriado e ágil em todos os níveis; e
- Garantir que o controle e gerenciamento de Riscos Operacionais sejam parte integrante das atividades diárias da organização.

e) Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguros, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Seguros	Montante da cobertura
Locação imóvel	15.795
Responsabilidade civil dos administradores	100.000

22. Valor justo

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.439	-	1.457
Relações interfinanceiras	-	533.614	-	213.655
Instrumentos financeiros	421	24.248	145.950	28.884
Contas a receber	-	1.007.829	-	658.823
Outros créditos	-	1.816	-	10.437
Passivos financeiros				
Depósitos	-	429.476	-	290.132
Empréstimos	-	33.001	-	30.845
Obrigações por transações de pagamentos	-	1.060.284	-	705.965
Outras obrigações	-	19.849	-	21.148

A Companhia acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nesta demonstração financeira são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos valores a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas a baixo

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que a iugu tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações.

Os ativos financeiros também incluem as aplicações financeiras representadas por títulos públicos do governo com preços cotados em mercado ativo e reconhecido no balanço patrimonial baseado nos respectivos valores justos.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com os clientes da iugu que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os mesmos e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e também estão próximos aos respectivos valores justos.

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o semestre findo em 30 de junho de 2024.

23. Eventos subsequentes

Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRIP) de conglomerado do Tipo 2, nos termos da Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, e de instituição de pagamento não integrante de conglomerado prudencial, e também sobre a metodologia de apuração desses requerimentos e a respectiva estrutura de gerenciamento contínuo de riscos.

O demonstrativo de apuração do índice de Basileia da Companhia para o período subsequente às demonstrações financeiras está demonstrado a seguir:

	31/07/2024
Patrimônio de referência (a)	26.860
Ativos ponderados pelo risco (RWA) (b)	25.895
Risco de crédito - RWACPAD	7.385
Riscos associados a serviços sistêmico - RWASP	18.510
Suficiência/Insuficiência de capital	965
Índice de Basileia (a/b)	1,04

Como é possível observar, em 31 de julho de 2024 a Companhia voltou a atender o requerimento, tendo em vista a gestão e as ações da Companhia para atendimento das regras do BACEN.

Renato Fairbanks Ribeiro

Diretor Presidente

André Luiz Gonçalves

Diretor Financeiro

Carolline Nascimento Ramos dos Santos

Controller

Paulo Roberto Pereira da Silva

CRC: 1SP314516/O-1